

Discurso Autoritário e Atitudes Políticas: um estudo do caso brasileiro.

Marcio de Lucas *Universidade Federal de Pernambuco*

Introdução

Ao longo das últimas duas décadas, as discussões acerca dos efeitos do autoritarismo sobre a qualidade e estabilidade das democracias ganharam maior espaço na academia e na mídia. Contudo, diferente de outros momentos da história, as principais ameaças atuais para a liberdade são líderes políticos, eleitos democraticamente, que carregam consigo traços autoritários nas suas atitudes e comportamento. Em casos mais dramáticos, como na Venezuela, Hungria e Turquia, a presença de chefes do executivo pouco simpáticos à democracia foi elemento decisivo para a ocorrência de reversões autoritárias.

Todavia, apesar da relevância do tema, a literatura ainda conta com ferramentas limitadas para identificar agentes políticos autoritários. Em decorrência da dificuldade da coleta de dados primários de membros da classe política e integrantes de grupos organizados, pesquisadores utilizam-se de grandes heurísticas como unidade de análise. Alguns dos exemplos são: partidos políticos (Mudde 2009, 2016; Loxton 2014); movimentos sociais (Caiani 2017), comportamento do eleitorado (Booth and Seligson 1984; Seligson 2003; Seligson and Tucker 2005; Rydgren 2007) ou grandes lideranças (Levitsky and Ziblatt 2018; Norris and Inglehart 2019). Como efeito, o autoritarismo é observado apenas nas suas expressões organizadas, permanecendo inobservado enquanto atributo individual de parlamentares e candidatos.

Como forma de propor um critério de classificação para políticos autoritários, extensível para um grande número de agentes políticos e em consonância com o conhecimento reunido no campo da psicologia política, essa dissertação apresenta um modelo de identificação de atitudes autoritárias baseada na análise automatizada de conteúdo aplicada ao caso da Câmara dos Deputados. Para isso, coletou-se 420 mil falas de 3700 parlamentares realizadas entre os anos 2000 e 2019. Endoçando os avanços de trabalhos da Ciência Política que têm utilizado texto como dado (*text as data*) (Batista and Vieira 2016; Moreira 2016), espera-se contribuir para a literatura a partir da exploração de fontes de alternativas de dados para construção de um indicador relevante para a literatura.

A despeito das dificuldades na classificação de políticos autoritários, uma extensa bibliografia apresenta definições e indicadores extensamente validados para mensurar propensão ao autoritarismo (Titus and Hollander 1957; Meloen 1993). De maneira geral, a personalidade autoritária envolve a crença de que o mundo é um lugar hostil e perigoso, no qual a segurança coletiva, a estabilidade e a ordem são indispensáveis a qualquer custo (Altemeyer and Altemeyer 1996). Partindo disso, seus representantes tendem a dividir a sociedade em dois grupos homogêneos: àqueles que buscam preservar o mundo como nós conhecemos e aderem as autoridades vigentes e aqueles que as desafiam.

Nas investigações empíricas sobre o tema, a literatura reúne evidências de que a personalidade autoritária está associada à discriminação (Titus and Hollander 1957; Meloen 1993), preconceito religioso (Laythe, Finkel, and Kirkpatrick 2001), contra homossexuais (Hunsberger 1996; Jonathan 2008), preconceito racial (Rowatt and Franklin 2004), à manifestações de sexismo (Sibley, Wilson, and Duckitt 2007), xenofobia (Thomson, Green, and Sidanius 2008) e preconceito em geral (Asbrock, Sibley, and Duckitt 2010). O que o panorama geral das pesquisas sugere é que, de maneira geral, entidades associadas a ordem, segurança e autoridade são desproporcionalmente valorizadas por autoritários e entidades associadas a populações marginais, desproporcionalmente depreci-

adas.

Como estratégia metodológica, buscou-se mensurar o valor atribuído, nas falas dos parlamentares, às duas classes de entidades que possuem grande saliência no discurso autoritário: os objetos de exaltação e os objetos de rejeição. Para isso, utilizou-se um dicionário de entidades textuais como chave para mensurar a valência das sentenças associada a cada uma delas. Essa abordagem baseia-se nos trabalhos que utilizaram análise automatizada de conteúdo para classificar populistas (Rooduijn and Pauwels 2011; Oliver and Rahn 2016; Aslanidis 2018) e identificar incivilidade (Vargo and Hopp 2017) e depressão (Neuman et al. 2012; Kang, Yoon, and Kim 2016).

Os resultados apresentaram correspondência com as expectativas da literatura. As bacadas da Bala e da Bíblia apresentaram proporcionalmente o maior número de parlamentares autoritários. Como consequência, é possível perceber, para o caso brasileiro, forte correlação entre discurso autoritário e o populismo penal. Por fim, outro dado preocupante, é de que os anos de 2018 e 2019 apresentaram um significativo aumento na expressão de autoritarismo por meio das falas de parlamentares.

Autoritarismo na política

Num passado não tão distante, autoritarismo e democracia eram conceituados como antônimos. A publicação do livro *Capitalism, Socialism and Democracy*, de Schumpeter (1942), ilustra esse paradigma. Nele, era enunciada a tese de que a democracia seria suprimida por governos autocráticos, na medida em que as classes dominantes – sejam elas a burguesia ou a vanguarda socialista – utilizariam-se das restrições a participação popular como forma de imunizar seu domínio contra a vontade das massas.

O que observou-se após a Terceira Onda de Democratização, todavia, foi um fenômeno contra-intuitivo: revoluções majoritaristas e anti-pluralistas trouxeram fins prematuros para algumas das novas democracias (Lipset 1993). Além disso, um bom conjunto de achados aponta que: a preferência pela democracia têm se restringido e a adesão às soluções autoritárias, aumentado, mesmo em democracias antigas (Foa and Mounk 2016; R. S. Foa and Mounk 2017; R. Foa and Mounk 2017); o apoio à líderes de pulso firme tem aumentado, consistentemente, ao longo dos últimos 20 anos, nas democracias em desenvolvimento (Voeten 2016).

O fato de políticos autoritários serem eleitos em regimes democráticos põem em cheque classificações binárias de sistemas políticos. A ascensão dessas lideranças a chefia do executivo aumenta as chances de transições de governo conflituosas, retrocessos na qualidade da democracia, aumento da percepção de corrupção e erosão de direitos civis (Kyle and Mounk 2018). Ou seja, a presença de agentes autoritários no governo, independente das instituições políticas de um país, proporciona administrações que se distanciam dos ideais democráticos.

Partindo disso, pode-se definir o autoritarismo em três camadas: i) no nível das configurações do regime, ii) das práticas dos agentes institucionais e iii) da psicologia dos atores políticos (Glasius 2018). Nesse sentido, um sistema político é autoritário quando

veta eleições, tutela os direitos políticos dos cidadãos e concentra amplos poderes na elite. Já no nível intermediário, práticas autoritárias são caracterizadas por decisões que afetam o *accountability* vertical, na medida em que limitam a liberdade de expressão efetiva dos cidadãos, controlam o acesso à informação ou violam a privacidade, por exemplo. Por fim, no nível individual, políticos podem ser classificados como mais ou menos autoritários de acordo com a sua adesão aos princípios de que i) a sociedade deve ser organizada em torno da autoridade e de regras rígidas e ii) que indivíduos desviantes devem ser punidos.

A diferenciação analítica do fenômeno em níveis, apesar de na prática eles estarem conectados, é importante para assinalar que o autoritarismo está presente em todas as formas de organização política, inclusive em regimes democráticos estabelecidos. Seja nas atitudes do eleitorado ou comportamento dos parlamentares, sua expressão encontra-se em latência num grande número de sociedades, suscetível a fatores que estimulam ou restringem sua emergência.

Do ponto de vista da imagem que agentes políticos autoritários constroem de si mesmo, suas plataformas de campanha variam significativamente por contexto cultural. Na Europa Ocidental, partidos de extrema-direita e direita radical tendem a incorporar nativismo, xenofobia, racismo e neoliberalismo em seus discursos (Mudde 2009). Nos EUA, Nova Zelândia e Canadá, a política do ressentimento, manifesta pela rejeição ostensiva ao *establishment*, conjuga a tônica dos *outsiders* anti-democráticos, e, no caso da Rússia, a xenofobia e o ultranacionalismo desempenham esse papel (Norris and others 2005).

No caso Latino-americano, há um grande número de casos de partidos de extrema-direita que herdaram laços, conexões, recursos e reputação de regimes autoritários que precederam as transições democráticas que ocorreram ao longo da década de 70 e 80 (Loxton 2014). Em comum, compartilham a defesa de políticas de segurança *mano dura*

como alavanca de campanha para angariar votos do eleitorado que, a despeito de antipatizar com as plataformas liberalizantes da economia, enxergava, nas lideranças linha-dura, qualidades que permitiriam reestabelecer a ordem sobre o caos gerado pela insegurança.

A Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), no Equador, é um caso especial de sucesso. O partido explorou o vazio de propostas para resolução dos problemas de segurança e a antipatia gerada pelas políticas desarmamentistas defendidas pelo campo político progressista como oportunidade de se posicionar de forma competitiva no cenário eleitoral (Holland 2013). Na composição do partido, estavam membros dos *esquadrões da morte* – grupos paramilitares que cooperavam com o governo combatendo guerrilhas comunistas na guerra civil que se estendeu ao longo da década de 80 na região – os quais angariavam credibilidade para execução de políticas *mano dura* de segurança (Loxton 2014).

Apesar do populismo penal ser uma marca de campanha proeminente na região que concentra maiores estatísticas de violência do mundo, o autoritarismo é flexível para se adequar em um grande conjunto de narrativas. No caso da Nicarágua, a família Somoza governou o país ao longo dos anos de 1934 e 1979, deixando um legado de violações a direitos civis em nome do combate aos comunistas. Na Venezuela, por outro lado, sob o governo de Hugo Chavez, estatizações, reforma agrária e rivalização com neoliberalismo foram medidas implementadas durante o caminho da reversão autoritária. E em diversas das transições políticas anti-republicanas que ocorreram na América Latina, setores da sociedade civil organizada participaram das mobilizações (Valenzuela 2004).

A personalidade Autoritária

Com tantas cores que preenchem as campanhas políticas de agentes autoritários, o que define a essência da personalidade autoritária? O que há de comum entre tantos

líderes que frequentemente rivalizaram entre si?

Uma das primeiras contribuições para responder essa questão foi feita por Adorno et. al. (1950). Como causa do fascismo e nazismo que ascenderam como problemáticas sociais após a Primeira Guerra Mundial, os autores apontaram a propensão ao autoritarismo como uma psicopatologia desenvolvida no processo de socialização das crianças, responsável pela manifestação de adesão crônica à autoridade e rejeição àqueles que estão em posição de subalternidade.

A escala F, desenvolvida por Adorno como operacionalização da teoria, mensura a posição de um indivíduo no espectro do autoritarismo. Nas investigações empíricas sobre o tema, a literatura reúne evidências de que a escala F está associada à discriminação e adesão ao autoritarismo (Titus and Hollander 1957; Meloen 1993), suspeição e baixa confiança interpessoal (Deutsch 1960) e atitudes iliberais (Meloen 1993). Mais recentemente, Levitsky e Ziblat (2018) construíram um indicador de lideranças de perfil autoritário baseado na medida. Os autores proveram argumentos e evidências que apontam que chefes do executivo com elevados escores na escala F representam grande risco para qualidade e sobrevivência da democracia.

Posteriormente, o indicador de dogmatismo, proposto por Rokeach et. al (1960), interpreta o autoritarismo como uma forma de etnocentrismo generalizado, no qual indivíduos de grupos sociais ‘desviantes’ são vistos como uma ameaça. Fatores como o fundamentalismo religioso, portanto, são identificados como potenciais causadores do acirramento entre *insiders* e *outsiders* e, conseqüentemente, propensão a preconceito religioso (Laythe, Finkel, and Kirkpatrick 2001), contra homossexuais (Hunsberger 1996; Jonathan 2008) e racial (Rowatt and Franklin 2004).

Porém, foram com os trabalhos de Altemeyer (1981) que os efeitos cognitivos da violência sobre o autoritarismo ficaram mais claros. Em sua principal contribuição para a literatura, definiu o *Right-wing Authoritarianism* (RWA) como uma medida da percepção

do mundo como um lugar hostil e perigoso, no qual a segurança coletiva, a estabilidade e a ordem são indispensáveis a qualquer custo.

Nessa perspectiva, o autoritarismo é subproduto de um estado mental de superestresse, ocasionado por uma profunda sensação de medo e impotência. Como resposta ao contexto em que se encontram, indivíduos tendem a adotar uma postura de suspeição radical. Essa postura combina uma submissão dogmática às autoridades, às regras e às convenções sociais que sustentam a realidade social como conhecida com uma resposta agressiva com o desconhecido.

Uma vez que a socialização primária oferece ambiente seguro para o primeiro contato com preferências e atitudes, autoritários tendem a resgatar seu comportamento associativo mais primário, emulando relações patriarcalistas. Ou seja, de forma análoga à regra de Hamilton, em contextos de elevada insegurança, indivíduos tendem a priorizar seus valores e relações com pares próximos, como forma de garantir seu investimento emocional nas interações em contexto de risco, a despeito disso implicar em manter uma teia de interações mais restrita e hierarquizada (Ohtsuki et al. 2006).

Tomando o RWA como preditor, trabalhos empíricos sobre tema apontam que indivíduos que apresentam maiores valores de RWA estão mais propensos à manifestações de sexismo (Sibley, Wilson, and Duckitt 2007), xenofobia (Thomsen, Green, and Sidanius 2008) e preconceito em geral (Asbrock, Sibley, and Duckitt 2010). Além disso, outras evidências sugerem que RWA está associado à defesa do uso de violência de grupos dominantes sobre dominados (Henry et al. 2005) e maior aceitação do uso de agressão em guerras, na punição de criminosos e na educação das crianças (Benjamin 2006).

Numa anedota expressa por

Referências

Adorno, Theodor W, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J Levinson, R Nevitt Sanford, Betty Ruth Aron, Maria Hertz Levinson, and William R.. Morrow. 1950. *The Authoritarian Personality*. Harper New York.

Altemeyer, Bob. 1981. *Right-Wing Authoritarianism*. University of Manitoba press.

Altemeyer, Robert A, and Bob Altemeyer. 1996. *The Authoritarian Specter*. Harvard University Press.

Asbrock, Frank, Chris G Sibley, and John Duckitt. 2010. "Right-Wing Authoritarianism and Social Dominance Orientation and the Dimensions of Generalized Prejudice: A Longitudinal Test." *European Journal of Personality: Published for the European Association of Personality Psychology* 24 (4). Wiley Online Library: 324–40.

Aslanidis, Paris. 2018. "Measuring Populist Discourse with Semantic Text Analysis: An Application on Grassroots Populist Mobilization." *Quality & Quantity* 52 (3). Springer: 1241–63.

Batista, Mariana, and Bhreno Vieira. 2016. "Mensurando Saliência: Uma Medida Com Base Em ênfase Na Agenda Legislativa Do Brasil (1995–2014)." *Primeira Versão. Manuscrito Apresentado Para X ABCP*.

Benjamin, Arlin James. 2006. "The Relationship Between Right-Wing Authoritarianism and Attitudes Toward Violence: Further Validation of the Attitudes Toward Violence Scale." *Social Behavior and Personality: An International Journal* 34 (8). Scientific Journal Publishers: 923–26.

Booth, John A, and Mitchell A Seligson. 1984. "The Political Culture of Authoritarianism in Mexico: A Reexamination." *Latin American Research Review* 19 (1). JSTOR: 106–24.

Caiani, Manuela. 2017. "Radical Right-Wing Movements: Who, When, How, and Why?" *Sociopedia. Isa*, 1–15.

Deutsch, Morton. 1960. "Trust, Trustworthiness, and the F Scale." *The Journal of Abnormal and Social Psychology* 61 (1). American Psychological Association: 138.

Foa, R, and Yascha Mounk. 2017. "The End of the Consolidation Paradigm." *Journal of Democracy Web Exchange*.

Foa, Roberto Stefan, and Yascha Mounk. 2016. "The Democratic Disconnect." *Journal of Democracy* 27 (3). Johns Hopkins University Press: 5–17.

———. 2017. "The Signs of Deconsolidation." *Journal of Democracy* 28 (1). Johns Hopkins University Press: 5–15.

Glasius, Marlies. 2018. "What Authoritarianism Is... and Is Not: A Practice Perspective." *International Affairs* 94 (3). Oxford University Press: 515–33.

Henry, Patrick J, Jim Sidanius, Shana Levin, and Felicia Pratto. 2005. "Social Dominance Orientation, Authoritarianism, and Support for Intergroup Violence Between the Middle East and America." *Political Psychology* 26 (4). Wiley Online Library: 569–84.

Holland, Alisha C. 2013. "RIGHT on Crime? Conservative Party Politics and "Mano Dura" Policies in El Salvador." *Latin American Research Review*. JSTOR, 44–67.

Hunsberger, Bruce. 1996. "Religious Fundamentalism, Right-Wing Authoritarianism, and Hostility Toward Homosexuals in Non-Christian Religious Groups." *The International Journal for the Psychology of Religion* 6 (1). Taylor & Francis: 39–49.

Jonathan, Eunike. 2008. "The Influence of Religious Fundamentalism, Right-Wing Authoritarianism, and Christian Orthodoxy on Explicit and Implicit Measures of Attitudes Toward Homosexuals." *The International Journal for the Psychology of Religion* 18 (4). Taylor & Francis: 316–29.

Kang, Keumhee, Chanhee Yoon, and Eun Yi Kim. 2016. "Identifying Depressive Users in Twitter Using Multimodal Analysis." In *2016 International Conference on Big Data and Smart Computing (Bigcomp)*, 231–38. IEEE.

Kyle, Jordan, and Yascha Mounk. 2018. "The Populist Harm to Democracy: An Empirical Assessment." *Tony Blair Institut for Global Change*.

Laythe, Brian, Deborah Finkel, and Lee A Kirkpatrick. 2001. "Predicting Prejudice from Religious Fundamentalism and Right-Wing Authoritarianism: A Multiple-Regression Approach." *Journal for the Scientific Study of Religion* 40 (1). Wiley Online Library: 1–10.

Levitsky, Steven, and Daniel Ziblatt. 2018. *How Democracies Die*. Crown.

Lipset, Seymour Martin. 1993. "Reflections on Capitalism, Socialism & Democracy." *Journal of Democracy* 4 (2). Johns Hopkins University Press: 43–55.

Loxton, James Ivor. 2014. "Authoritarian Inheritance and Conservative Party-Building in Latin America." PhD thesis.

Meloen, Jos D. 1993. "The F Scale as a Predictor of Fascism: An Overview of 40 Years of Authoritarianism Research." In *Strength and Weakness*, 47–69. Springer.

Moreira, Davi Cordeiro. 2016. "Com a Palavra Os Nobres Deputados: Frequência E ênfase Temática Dos Discursos Dos Parlamentares Brasileiros." PhD thesis, Universidade de São Paulo.

Mudde, Cas. 2009. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press Cambridge.

———. 2016. "Introduction to the Populist Radical Right." In *The Populist Radical Right*, 22–35. Routledge.

Neuman, Yair, Yohai Cohen, Dan Assaf, and Gabbi Kedma. 2012. "Proactive

Screening for Depression Through Metaphorical and Automatic Text Analysis.” *Artificial Intelligence in Medicine* 56 (1). Elsevier: 19–25.

Norris, Pippa, and Ronald Inglehart. 2019. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge University Press.

Norris, Pippa, and others. 2005. *Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market*. Cambridge University Press.

Ohtsuki, Hisashi, Christoph Hauert, Erez Lieberman, and Martin A Nowak. 2006. “A Simple Rule for the Evolution of Cooperation on Graphs and Social Networks.” *Nature* 441 (7092). Nature Publishing Group: 502–5.

Oliver, J Eric, and Wendy M Rahn. 2016. “Rise of the Trumpenvolk: Populism in the 2016 Election.” *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 667 (1). SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA: 189–206.

Rokeach, Milton, and others. 1960. “The Open and Closed Mind.” Basic books New York.

Rooduijn, Matthijs, and Teun Pauwels. 2011. “Measuring Populism: Comparing Two Methods of Content Analysis.” *West European Politics* 34 (6). Taylor & Francis: 1272–83.

Rowatt, Wade C, and Lewis M Franklin. 2004. “Christian Orthodoxy, Religious Fundamentalism, and Right-Wing Authoritarianism as Predictors of Implicit Racial Prejudice.” *The International Journal for the Psychology of Religion* 14 (2). Taylor & Francis: 125–38.

Rydgren, Jens. 2007. “The Sociology of the Radical Right.” *Annu. Rev. Sociol.* 33. Annual Reviews: 241–62.

Schumpeter, Joseph Alois, and others. 1942. “Capitalism, Socialism, and Democ-

racy." Harper.

Seligson, Amber Lara. 2003. "When Democracies Elect Dictators: Motivations for and Impact of the Election of Former Authoritarians in Argentina and Bolivia."

Seligson, Amber L, and Joshua A Tucker. 2005. "Feeding the Hand That Bit You: Voting for Ex-Authoritarian Rulers in Russia and Bolivia." *Demokratizatsiya* 13 (1). Cite-seer.

Sibley, Chris G, Marc S Wilson, and John Duckitt. 2007. "Antecedents of Men's Hostile and Benevolent Sexism: The Dual Roles of Social Dominance Orientation and Right-Wing Authoritarianism." *Personality and Social Psychology Bulletin* 33 (2). Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA: 160–72.

Thomsen, Lotte, Eva GT Green, and Jim Sidanius. 2008. "We Will Hunt Them down: How Social Dominance Orientation and Right-Wing Authoritarianism Fuel Ethnic Persecution of Immigrants in Fundamentally Different Ways." *Journal of Experimental Social Psychology* 44 (6). Elsevier: 1455–64.

Titus, H Edwin, and Edwin P Hollander. 1957. "The California F Scale in Psychological Research: 1950-1955." *Psychological Bulletin* 54 (1). American Psychological Association: 47.

Valenzuela, Arturo. 2004. "Latin American Presidencies Interrupted." *Journal of Democracy* 15 (4). Johns Hopkins University Press: 5–19.

Vargo, Chris J, and Toby Hopp. 2017. "Socioeconomic Status, Social Capital, and Partisan Polarity as Predictors of Political Incivility on Twitter: A Congressional District-Level Analysis." *Social Science Computer Review* 35 (1). SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA: 10–32.

Voeten, Erik. 2016. "Are People Really Turning Away from Democracy?" *Journal*

of Democracy Web Exchange.